## As Negociatas de Luís Montenegro e os Negócios Paralelos enquanto Primeiro-Ministro

Publicado em 2025-03-08 11:01:43



Nos últimos dias, Portugal tem sido confrontado com mais um escândalo político de proporções preocupantes, desta vez envolvendo o primeiro-ministro Luís Montenegro e a sua empresa familiar, a **Spinumviva**. A revelação de contratos lucrativos com empresas privadas, como a Solverde e a Rádio

Popular, trouxe à tona sérias questões sobre conflitos de interesse, transparência e ética na política.

## A Empresa Familiar do Primeiro-Ministro

A **Spinumviva**, empresa da família de Montenegro, tem como principal atividade a consultoria na área da proteção de dados. O problema surge quando se descobre que, mesmo depois de Montenegro assumir o cargo de primeiro-ministro, a empresa continuou a receber **avenças mensais generosas de empresas privadas**, algumas delas com interesses que podem ser influenciados pelo governo.

A primeira grande revelação veio da **Solverde**, uma empresa de casinos e apostas online, que confirmou ao Expresso estar a pagar **4.500 euros por mês** à Spinumviva. Pouco depois, descobriu-se que outra grande empresa portuguesa, a **Rádio Popular**, também tem um contrato com a empresa familiar de Montenegro, mas **recusa divulgar os valores pagos**.

### **Conflito de Interesse e Falta de Transparência**

Embora Montenegro tenha passado a empresa para os filhos e para a esposa antes de tomar posse, o facto de ele próprio ter sido responsável pela angariação destes clientes **levanta** suspeitas sobre um possível tráfico de influência. Além disso, a continuidade destes contratos enquanto ele ocupa o cargo mais alto do governo coloca em causa a separação entre os interesses privados e a função pública.

A pergunta que se impõe é: Será aceitável que um primeiroministro mantenha, ainda que indiretamente, negócios privados com empresas que podem ser impactadas pelas decisões do governo?

## A Recusa da Rádio Popular em Divulgar Valores

O caso agravou-se quando a **Rádio Popular, uma das maiores** cadeias de eletrónica de Portugal, se recusou a divulgar quanto paga mensalmente à Spinumviva. Essa falta de transparência apenas aumenta as suspeitas sobre a verdadeira dimensão do esquema.

Se tudo estivesse dentro da mais estrita legalidade e ética, qual seria o problema em divulgar os valores? Porque razão uma empresa privada hesitaria em tornar público um contrato de consultoria com uma empresa privada?

### A Estratégia de Defesa de Montenegro

Diante das acusações, Montenegro adotou a habitual estratégia de **negar qualquer ilegalidade**. O primeiro-ministro insiste que **tudo foi feito dentro da legalidade e que não há qualquer conflito de interesses**. No entanto, a legalidade nem sempre significa moralidade.

Além disso, é difícil não estabelecer paralelismos entre este caso e outros **escândalos de corrupção que têm assolado a política portuguesa**, onde negócios aparentemente legais escondem relações pouco transparentes entre governantes e grandes interesses privados.

# O Padrão de Políticos que Enriquecem no Poder

Este caso reforça uma dura realidade: Portugal tem uma classe política que enriquece enquanto está no poder, acumulando fortunas em poucos anos. Tal como apontado por figuras como Maria José Morgado, esta cultura de impunidade, nepotismo e tráfico de influências tem mantido o país num ciclo de pobreza e estagnação.

A ligação promíscua entre políticos e negócios não é nova. Muitos governantes saem da política diretamente para cargos de administração em grandes empresas, colhendo os frutos das decisões que tomaram enquanto estavam no governo. Montenegro, ao manter negócios indiretos enquanto ainda está no poder, pode estar a inaugurar uma nova fase dessa prática: enriquecer sem sequer precisar de sair do cargo.

#### Conclusão: Um Governo em Crise de Credibilidade

Este escândalo coloca o governo de Montenegro numa posição difícil. O primeiro-ministro, que chegou ao poder prometendo transparência e ser um contraponto à governação socialista de António Costa, vê-se agora enredado em suspeitas idênticas ou até mais graves.

A questão central não é apenas a legalidade, mas sim a moralidade e a ética na política. Um primeiro-ministro deve garantir que não existem dúvidas sobre a sua integridade, em vez de se escudar numa suposta legalidade para justificar negócios duvidosos.

Se Montenegro não esclarecer cabalmente todas as suspeitas, o seu governo pode ficar irremediavelmente fragilizado. E mais uma vez, os portugueses assistem a um triste espetáculo de governantes que parecem mais interessados nos seus negócios do que em governar o país.

#### **Francisco Gonçalves**

Créditos para IA e DeepSeek (c)